



ACÓRDÃO Nº 765/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº 11437/2017.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual
- 3- **Órgão:** Central de Medicamentos da Secretaria de Estado da Saúde do Amazonas – CEMA.
- 4- **Exercício:** 2016.
- 5- **Responsável:** Andrely de Cordova (Ordenador de Despesa), José Arnaldo Lima Grijó (Ordenador de Despesa).
- 6- **Advogado:** Katiuscia Raika da Camara Elias - OAB/AM nº 5225.
- 7- **Unidade Técnica:** DICAD-AM.
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 1128/2019-DMP, Dra. Elissandra Monteiro Freire Alvares, Procuradora de Contas.
- 9- **Relator:** Conselheiro Mario Manoel Coelho de Mello.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Central de Medicamentos da Secretaria de Estado da Saúde do Amazonas - CEMA. Exercício de 2016.

Regularidade. Regularidade com ressalvas. Recomendação. Quitação. Determinação.

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **por maioria**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em parcial consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1. **Julgar regular** a Prestação de Contas da Central de Medicamentos da Secretaria de Estado da Saúde do Amazonas - Cema referente ao exercício financeiro de 2016, de responsabilidade do Sr. **José Arnaldo Lima Grijó (período de 01/01/2016 a 31/05/2016)**, nos termos dos arts. 1º, II, 22, I, e 23 da Lei 2423/1996 c/c art. 188, § 1º, I, da Resolução 4/2002-TCE/AM;
- 10.2. **Julgar regular com ressalvas** a Prestação de Contas da Central de Medicamentos da Secretaria de Estado da Saúde do Amazonas - Cema referente ao exercício financeiro de 2016, de responsabilidade da Sra. **Andrely de Córdova (período de 01/06/2016 a 31/12/2016)**,



ACÓRDÃO Nº 765/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO

nos termos do art. 1º, II, 22, II, e 24 da Lei 2423/1996 e art. 188, § 1º, II, e 189, II, da Resolução 4/2002 – TCE/AM;

10.3. Recomendar à atual gestão da Central de Medicamentos da Secretaria de Estado da Saúde do Amazonas - Cema que observe os pontos a seguir, sob pena de multa:

10.3.1. Exija o cumprimento do dever constitucional (artigos 70 e 37 da CF/88 c/c art. 39 da CE/89) referente ao exercício do Controle Interno por parte da Controladoria Geral do Estado - **CGE**, bem como forneça as ferramentas necessárias para tornar viável o exercício do Controle Interno no âmbito de suas atividades;

10.3.2. Tome providências para que haja a devida integração entre o sistema desse órgão jurisdicionado e das empresas contratadas, visando tornar eficiente o fornecimento de bens e serviços para a população;

10.3.3. Atente para o aperfeiçoamento operacional da CEMA, notadamente quanto ao controle dos estoques de medicamentos (seleção, programação, aquisição, armazenamento, distribuição e dispensação);

10.3.4. Envide esforços no sentido de evitar divergências entre os valores registrados nos demonstrativos contábeis e os valores apresentados nos demais documentos constantes das Contas (conciliações bancárias, inventário de estoque e outros) e nos sistemas (AJURI, AFI e outros);

10.4. Dar quitação ao Sr. **José Arnaldo Lima Grijó** e à Sra. **Andrely de Córdova**, nos termos dos arts. 23 e 72, I e II, ambos da Lei n. 2423/1996, c/c o art. 189, I e II, da Resolução 4/2002 - TCE/AM;

10.5. Determinar à Secretaria do Tribunal Pleno a adoção das providências previstas no art. 161 da Resolução 4/2002 - TCE/AM.

Vencido o Voto-Destaque do Conselheiro Érico Xavier Desterro e Silva, que votou pela Irregularidade das Contas da Sra. Andrely de Córdova, e aplicação de Multa.

11- Ata: 26ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 13 de Agosto de 2019

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos (Presidente), Julio Cabral, Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior e Mario Manoel Coelho de Mello.



ACÓRDÃO Nº 765/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO

14- Representante do Ministério Público de Contas: Dr. João Barroso de Souza,
Procurador-Geral.

YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS
Conselheira-Presidente

MARIO MANOEL COELHO DE MELLO
Conselheiro Relator

JOÃO BARROSO DE SOUZA
Procurador-Geral